

O governo conseguiu conter o excesso de demanda que vinha ameaçando o Plano Real. No entanto, iniciativas desse gênero somente se consolidam se forem de curta duração. A volta à normalidade exige rapidez, ao risco de abrir-se caminho a uma recessão que poderá demandar, por sua vez, providências drásticas e onerosas, capazes de neutralizar todos os esforços anteriores para o reajustamento da economia. Aliás, o País muito se aproximou dessa situação, chegando mesmo ao point of no return. Mas, nas últimas semanas, o Planalto começou a emitir sinais de que se havia conscientizado da necessidade de romper o impasse, reconhecendo que, ao manter uma política restritiva, poderia levar a nossa economia a um quadro recessionista de difícil solução.

Não se devem temer excessos: o governo não está adotando medidas para relançar a economia, procurando apenas rever uma situação em que houve exageros de dosagem. O que se espera é que, na sua política gradual de desafogo, ele não se detenha a meio caminho. Sua primeira providência foi acelerar o processo de desvalorização, ainda que muito cautelosamente. O que oferece três vantagens: favorecem-se as exportações e desestimulam-se as importações; atraem-se mais os investimentos diretos, reduzem-se as entradas de capitais especulativos. A redução da taxa de juros teve um objetivo claro: restringir o ingresso desses capitais. No plano interno, obtiveram-se poucos efeitos, uma vez que, não atenuado o compulsório, continua elevada a taxa de juros. O ministro da Fa-

zenda anunciou sua disposição de afastar as restrições creditícias e de reduzir o compulsório, esperando-se que isso venha a ocorrer sem demora.

O ministro acaba de determinar a extensão do prazo para os consórcios, medida que a indústria automobilística considera insuficiente, embora represente um passo alentador. As providências relativas à construção civil (que comentamos em nosso caderno econômico) deverão aliviar o setor. Entretanto, impõe-se reconhecer a sua insuficiência, cumprindo resolver o problema do resíduo inflacionário.

A indústria de bens de capital,

que esperava uma retomada, foi muito afetada pela alta da taxa de juros. Agora, o BNDES dá novas perspectivas à exportação de máquinas e equipamentos, abrindo créditos a uma taxa máxima de 9% ao ano, mais risco cambial, ao

mesmo tempo que se eliminam, para os bens já exportados, os riscos, no caso de inadimplência do importador. São medidas prudentes, que não deverão traduzir-se por nova explosão da demanda ou da

produção. Estão dando prioridade à exportação, o que permite melhorar as perspectivas no que se refere à balança comercial. Cumpre ao governo não dar falsas esperanças à nossa indústria.

**O governo
tenciona atenuar
a contenção, mas
não deve deter-
se no meio do
caminho**